



**Universidade Estadual da Paraíba – UEPB
Centro de Ciências Sociais Aplicadas – CCSA
Departamento de Administração e Economia – DAEC**

Adriano Soares da Silva

**Autonomia Financeira na Universidade Estadual da Paraíba: Uma
Análise da Execução Orçamentária no Período 2005-2012.**

**Campina Grande - PB
Setembro de 2013**

ADRIANO SOARES DA SILVA

**Autonomia Financeira na Universidade Estadual da Paraíba: Uma
Análise da Execução Orçamentária no Período 2005-2012.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Administração da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Bacharel em Administração.

Orientador: Prof. Msc. Geraldo Medeiros Júnior.

**CAMPINA GRANDE – PB
SETEMBRO de 2013**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CIA I – UEPB

S586a Silva, Adriano Soares da.

Autonomia financeira na Universidade Estadual da Paraíba: uma análise da execução orçamentária no período 2005-2012 [manuscrito] / Adriano Soares da Silva. – 2013.

30 f. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2013.

“Orientação: Prof. Ms. Geraldo Medeiros Júnior, Departamento de Administração”.

1. UEPB. 2. Autonomia financeira. 3. Orçamento público. 4. Contingenciamento de recursos. I. Título.

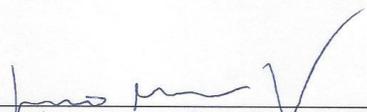
21. ed. CDD 658.154

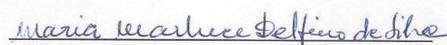
ADRIANO SOARES DA SILVA

**Autonomia Financeira na Universidade Estadual da Paraíba: Uma
Análise da Execução Orçamentária no Período 2005-2012.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Graduação em Administração da
Universidade Estadual da Paraíba, em
cumprimento à exigência para obtenção do
grau de Bacharel em Administração.

APROVADO EM: 11 / 09 / 2013
NOTA: 10 (DEZ)


Prof. Msc. Geraldo Medeiros Júnior / UEPB
Orientador


Prof.ª Esp. Marluce Delfino da Silva / UEPB
Examinadora


Prof.ª Msc. Luiza Dantas de Souza Lima / UEPB
Examinadora

Lista de Figuras

Organograma 1. Disposição do Orçamento Participativo da UEPB	15
Gráfico 1. Despesa Empenhada na UEPB - em milhões de R\$.....	19
Gráfico 2. Encargos com Pessoal Ativo - em milhões de R\$	20
Gráfico 3. Evolução do Quadro de Professores	21
Gráfico 4. Construção, Ampliação, Recuperação e Conservação dos Campi da UEPB - em milhões de R\$.....	22
Gráfico 5. Otimização da Biblioteca, Gráfica e Editora Universitária - em milhares de R\$.....	24
Gráfico 6. Modernização e Desenvolvimento Tecnológico - em milhões de R\$.....	25
Gráfico 7. Evolução anual da Despesa com Concessão de Bolsas (em %)	26
Gráfico 8. Despesa com Consolidação e Desenvolvimento do Ensino, Pesquisa e Extensão - em milhões de R\$.....	27
Gráfico 9. Manutenção de Serviços Administrativos - em milhões de R\$.....	28

Lista de abreviaturas

ADUEPB – Associação dos Docentes da Universidade Estadual da Paraíba

CAP – Comitê de Acompanhamento Permanente

CCBS – Centro de Ciências Biológicas e da Saúde

CCSA – Centro de Ciências Sociais Aplicadas

CCT – Centro de Ciências e Tecnologia

CEDUC – Centro de Educação

CONSUNI – Conselho Universitário

COP – Conselho de Orçamento Participativo

DAE – Departamento de Administração e Economia

DCE – Diretório Central dos Estudantes

LOA – Lei Orçamentária Anual

MEC – Ministério da Educação

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPA – Plano Plurianual

PPBS - Planning, Programming and Budgeting System

PROPLAN – Pró-reitoria de Planejamento e Orçamento

SIAF PB – Sistema Integrado de Administração Financeira da Paraíba

SINTESPB – Sindicato dos Trabalhadores em Ensino Superior da Paraíba

UEPB – Universidade Estadual da Paraíba

URNe – Universidade Regional do Nordeste

Autonomia Financeira na Universidade Estadual da Paraíba: Uma Análise da Execução Orçamentária no Período 2005-2012.

SILVA, Adriano Soares da¹

RESUMO

A partir da implantação da Lei Estadual nº 7.643, que conferiu a Autonomia Financeira à Universidade Estadual da Paraíba, houve um aporte de recursos financeiros significativos, capazes de realizar mudanças de grande expressão na Instituição. Através de dados de fonte documental, este estudo aborda a execução orçamentária na UEPB após a implantação da autonomia financeira, período de 2005 a 2012, analisando a evolução das despesas empenhadas em diversas ações. Discorre-se ainda no artigo sobre a discussão que envolve a comunidade acadêmica e o Governo do Estado da Paraíba acerca do descumprimento da citada Lei de Autonomia. Por fim, conclui-se sobre o panorama atual da Universidade, em face à execução orçamentária do período de 2005 a 2012, bem como sobre o contingenciamento de recursos imposto pelo Governo Estadual, que a Universidade vem passando desde o ano de 2011.

PALAVRAS-CHAVE: UEPB. Autonomia Financeira. Orçamento Público. Contingenciamento de recursos.

ABSTRACT

Since the implantation of the State Law n.º 7.643, which gave Financial Autonomy to Paraíba State University, there has been a coming of meaningful financial resources, able to achieve expressive changings at the Institution. Through data of documental sources, this work handles the budgetary execution in PSU after the implantation of financial autonomy, from 2005 to 2012, analyzing the evolution of expenses involved in diversified actions. In the article, it is also spoken about the discussion that involves the academic community and Paraíba State's Government about the no fulfillment of the Autonomy Law. Finally, it is made a conclusion about the current panorama at the University before the budgetary execution from 2005 to 2012, as also about the resources' contingency that has been imposed to the University by the State's Government since the year of 2011.

Key-words: PSU. Financial Autonomy. Public Budget. Resources'contingency.

¹ Graduando em Administração (DAE/UEPB, 2013), E-mail: adrianoss@uepb.edu.br

1 Introdução

Durante duas décadas, 1964 a 1985, o Brasil foi marcado pelo braço firme da ditadura militar que impunha censura e restrições aos cidadãos, negando-lhes direitos básicos, utilizando-se de perseguição política e violência extrema contra os opositores do sistema político. Mobilizações populares, organizadas principalmente por estudantes, e atividades de guerrilha expressavam, dentre outras formas, a resistência da sociedade ao Regime Militar.

Com a abertura política foi promulgada em 1988 a Constituição da República Federativa do Brasil, que referendou o Estado Democrático de Direito. Assim, quanto mais próxima seja a relação Estado/Povo maior será a representatividade do Governo, em outras palavras, a participação popular na Gestão do Estado efetiva de fato a democracia. Para DI PIETRO (2009, apud DASSO JÚNIOR, 2010, pag. 1):

É inerente ao conceito de Estado Democrático de Direito a ideia de participação do cidadão na gestão e no controle da Administração Pública, no processo político, econômico, social e cultural; essa ideia está incorporada na Constituição não só pela introdução da fórmula do Estado Democrático de Direito – permitindo falar em democracia participativa -, como também pela previsão de vários instrumentos de participação.

Ao longo de sua evolução, o orçamento público se tornou uma ferramenta de transparência governamental e de participação cidadã na alocação de recursos públicos, possibilitando à sociedade em geral o efetivo acompanhamento da execução orçamentária, bem como representação direta na construção das políticas públicas.

É nesse sentido que surge a motivação para elaboração deste estudo, através das experiências do autor obtidas na Pró-reitoria de Planejamento e Orçamento da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, as quais proporcionaram contato direto com a elaboração, acompanhamento e a execução orçamentária da UEPB. Após questionamentos sobre a realidade financeira da Instituição e o que de fato representa a Autonomia Financeira da Instituição, surgiu o interesse de realizar um estudo que aprofundasse o conhecimento do tema. Destarte, chega-se ao problema proposto por esse estudo, o qual pode ser sintetizado da seguinte maneira: Quais as consequências orçamentárias da implantação da Lei de Autonomia Financeira na Universidade Estadual da Paraíba? Este estudo tem o

objetivo de avaliar a evolução das despesas da UEPB, no período de 2005 a 2012, que corresponde aos primeiros oito anos após a promulgação da Lei de autonomia financeira desta Universidade.

Para isso, a estrutura do artigo se baseia na análise da execução orçamentária da UEPB, em diversas ações, após a implantação da Lei de Autonomia Financeira, através de dados de fonte bibliográfica e documental; ainda discorre-se sobre orçamento público, mostrando suas principais características e adentrando de forma preliminar em sua evolução no Brasil, como também sobre sua mais atual face, que envolve a participação direta da população na alocação de recursos públicos, apresentando a origem e propagação do Orçamento Participativo – OP; adoção dessa modalidade pelas Universidades Brasileiras e apresentação da proposta metodológica de OP implantada em 2012 pela UEPB; aborda-se ainda a Lei Estadual nº 7.643/2004 que conferiu a Autonomia Financeira à UEPB e, por fim, são feitas as considerações finais do autor.

Este estudo se classifica como descritivo e a análise dos dados foi feita através de gráficos elaborados a partir do software Microsoft Excel, versão 2010.

2 Orçamento Público

De acordo com o disposto no Art. 165, Inciso III da Constituição Federal Brasileira de 1988, a elaboração de matéria orçamentária é de iniciativa do poder executivo, cabendo à Esfera Legislativa a autorização para execução das despesas. Após aprovação no poder Legislativo, a peça orçamentária se torna Lei de caráter autorizativo, ou seja, não obriga o gestor a realizar os gastos previstos, conferindo apenas a prerrogativa de executar as despesas fixadas a sua conveniência.

Nos dias atuais, essa situação tem alimentado discussões na classe política e de estudiosos, se materializando em propostas de tornar o orçamento impositivo, assim, o projeto de lei apresentado pelo executivo e aprovado pelo legislativo deveria ser cumprido em sua totalidade. Apesar de o tema ser de grande relevância, ele não é o objeto deste estudo, então, voltando ao mote, o que seria na verdade Orçamento Público?

Desmembrando o termo, Andrade et al. (2008, p. 147) definiu orçamento “como a previsão da receita e da despesa para um determinado período de tempo”.

Até meados do século XX, esse era o conceito aplicado à ideia de orçamento público, que possuía um caráter contábil/financeiro e superficialmente econômico, mas seu verdadeiro objetivo era a execução de um controle político das Entidades Representativas sobre o Poder Executivo, de acordo com Giacomoni (2008). Nesta fase, tinha-se o orçamento tradicional.

As ideias neoclássicas de regulação automática do mercado ainda vigoravam; “(...) foi transferida ao sistema de mercados a responsabilidade (sob a fundamentação de que a competição nele existente limitaria o poder individual de obter vantagens dos demais) de produzir o bem-estar da sociedade (...). Assim, qualquer intervenção do Estado na economia era indesejável, ou seja, deveria prevalecer o sistema do laissez-feire, laissez-passer, laissez-aller” (PEREIRA, 2009, p. 47).

Com essa posição omissa, as políticas públicas do Estado eram de pouca relevância, o orçamento público não era dotado da capacidade resolutive das demandas sociais, em outras palavras, não possuía objetivo econômico ou social, se resumia a uma declaração escrita que previa receitas e autorizava gastos.

Por volta dos anos 1930 do século passado, a realidade sofreu grandes mudanças econômicas, sociais e culturais. As sociedades apresentavam novos anseios, a Economia já não era a mesma, correntes teóricas como as de Alfred Marshall mostravam-se ineficazes nessa nova conjuntura, e os Gestores Públicos e Estudiosos da época sentiam a necessidade da intervenção estatal na economia para corrigir distorções do sistema. A crise de 1929 foi o estopim.

É nesse contexto que o orçamento público assumia a imprescindível face de planejamento. As demandas sociais por políticas públicas eficientes e estruturantes exigiam um instrumento administrativo que se baseasse no planejamento, na prevenção e na estratégia. Destarte, inicia-se a fase do orçamento moderno.

A Teoria Keynesiana direcionava a política econômica da época para um Estado que interagisse. “A intervenção do Estado na economia era vista por Keynes como indispensável para dar sustentação ao próprio sistema liberal político e econômico. O Governo, em sua proposta de programa político, teria de assumir e reforçar funções bem específicas” (PEREIRA, 2009, p. 51). Sob uma visão mais moderna, a Lei nº 4.320/1964 que estatui normas gerais do direito financeiro dispõe que o orçamento público deverá conter a discriminação da receita e despesa de

forma a evidenciar a política econômica/financeira e o programa de trabalho do Governo, obedecidos os princípios de unidade universalidade e anualidade.

Orçamento público é a materialização do planejamento do estado, quer na manutenção de sua atividade (ações de rotina), quer na execução de seus projetos (ações com início, meio e fim). Configura o instrumento do poder público para expressar seus programas de atuação, discriminando a origem e o montante dos recursos (receitas) a serem obtidos, bem como a natureza e o montante dos dispêndios (despesas) a serem efetuados (ANDRADE et al. 2008, p. 144).

Com o novo papel interventor assumido pelo Estado, se tornando o principal agente econômico, o orçamento público se tornava uma ferramenta de planejamento, execução e controle das políticas públicas.

2.1 Orçamento Público Participativo

Os movimentos sociais de protesto contra o governo ditatorial brasileiro contribuíram no processo de elaboração da Constituição Federal de 1988, que trouxe dispositivos que não só garantiam, mas incentivavam a participação cidadã no novo regime político democrático como forma de soberania popular. Identifica-se tal referência no parágrafo único, Art. I, da Carta Magna: “Todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes, **ou diretamente**, nos termos da Constituição” [grifo nosso].

A desigualdade social exorbitante do Brasil, e que foi também bandeira de guerra das mobilizações de massa, não foi esquecida pela Constituinte que definiu como objetivos da nação a erradicação da pobreza e da marginalização, bem como a redução das desigualdades da sociedade e regionais (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 2012).

A evolução do orçamento moderno ocorreu lastreada ao nível de planejamento envolvido no processo. Com isso, surgiram as técnicas orçamentárias ou os tipos de orçamentos, dentre os quais se pode destacar orçamento incremental, por desempenho, base-zero, PPBS - do inglês *Planning, Programming and Budgeting System*-, orçamento-programa (o qual merece maior atenção devido à proposta deste estudo).

O Orçamento-Programa possui como diretriz principal o planejamento. Apesar dos primeiros passos de ações governamentais programadas terem sido

dados na era Vargas, o processo de planejamento no Brasil pode ser considerado recente. A reforma gerencial ocorrida em 1994/1995 e o Plano Plurianual 2000/2003 são considerados marcos da evolução na gerência estratégica pública Brasileira.

A maneira de execução do orçamento-programa nacional faz com que os programas governamentais materializem a solução para as demandas sociais, apresentando seu custo, modo de execução, meta de cumprimento e indicadores de controle. Outra característica importante é a territorialização das políticas públicas, que permite a aplicação de medidas específicas e direcionadas.

Instituído pelo Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, o Orçamento Programa veio condicionar a ação do Governo ao planejamento através de programas gerais, setoriais e regionais que visassem ao desenvolvimento econômico-social e a segurança nacional.

Diante desse novo modelo, a possibilidade de ação do Estado em problemas específicos, regionalizados, de certa forma, estreitou a relação povo/governo, gerando novos anseios e expectativas que mais tarde culminariam numa participação popular mais ativa na cobrança de alocação de bens e recursos públicos. Nesse sentido:

Dentro do escopo do orçamento-programa, vem se delineando uma de suas faces, que é a do orçamento participativo. Essa modalidade incorpora a população ao processo decisório vinculado à proposta orçamentária (lideranças da sociedade civil, audiências públicas ou outras formas de consulta direta à sociedade), aumentando sua legitimidade, com participação direta e efetiva das comunidades em sua elaboração. Além disso, aumenta a transparência dos critérios e informações que nortearão a tomada de decisões sobre a utilização dos recursos públicos (INSTITUTO LEGISLATIVO BRASILEIRO, 2013, p.27).

Numa conjuntura de Estado democrático de direito e índices de desigualdades sociais insustentáveis, mesmo no escopo de países periféricos, surgiram as primeiras experiências de participação popular direta na alocação de recursos públicos e formulação de políticas públicas setoriais. Nas palavras de SINTOMER; HEZBERG; RÖCKE, 2012, o processo de construção do OP aconteceu, no caso específico de Porto Alegre/RS (berço do Orçamento Democrático), de forma que traduziu uma conjunção de forças Governo/Povo. O Partido dos Trabalhadores, política de esquerda, chegava ao poder em 1988 incentivando a participação cidadã, e a sociedade almejava participação direta na tomada de decisão. Nesse contexto, o OP implantado em Porto Alegre/RS

solidificou-se e virou vitrine para todo o mundo. Em termos nacionais, o número de cidades que implantaram o OP é significativo.

No período de 2001 a 2004, um terço das cidades com mais de 100.000 habitantes e quase 60% das cidades com mais de um milhão de habitantes estava envolvido; 58% da população das cidades com um milhão de habitantes ou mais vivia em uma região onde o governo local havia decidido implementar o OP (MARQUETTI, 2005, apud SINTOMER; HEZBERG; RÖCKE, 2012).

A adesão comprovada ao OP por parte da classe política Brasileira não poderia ser diferente numa sociedade onde os escândalos de corrupção são frequentes e o desgaste moral dos nossos representantes está em franca ascensão. Por outro lado, as iniciativas de implantação deste instrumento devem ser reconhecidas pela população como mais uma ferramenta de transparência pública, controle de gastos e combate a corrupção, na qual a sociedade civil poderá exercer de forma efetiva sua cidadania, contribuindo diretamente para o bem-estar da população em geral.

Esse processo de redistribuição de poder já se tornou uma realidade que ultrapassa as fronteiras nacionais. Cada vez mais nações estão reconhecendo a importância de garantir a possibilidade do exercício da cidadania, de aproximar o cidadão à esfera pública administrativa, de conceder-lhe voz na tomada de decisão.

2.2 Orçamento Público Participativo nas Universidades Brasileiras: o caso da Universidade Estadual da Paraíba

O envolvimento da sociedade na discussão de gasto público com o objetivo de solucionar as crises é um processo sem volta. Antes, a sociedade possuía apenas a prerrogativa de exercer o controle sobre as tomadas de decisões; agora, com o OP ela está envolvida diretamente no processo decisório.

Nessa corrente ideológica apresentada até o momento, a participação cidadã não se exauriu na esfera municipal. As Universidades como centro formador de opinião, de debates, pluralismo, diversidade, passaram a integrar a política de gestão participativa. Na construção do novo modelo de gestão universitária, ZAINKO, 2008, p. 16, define:

A construção dessa nova Universidade deve necessariamente ter na avaliação seu instrumento mais fundamental para a mudança que se faz necessária. Uma avaliação como processo sistemático, participativo, democrático e principalmente de caráter construtivo, possibilitando a indispensável autocrítica, identificando pontos positivos e problemáticos da instituição universitária, indicando as questões prioritárias para o melhoramento da qualidade dos processos institucionais: ensino, pesquisa, extensão, gestão.

Atenta ao movimento crescente de esclarecimento da sociedade, que culmina numa participação efetiva e direta na administração dos recursos financeiros públicos, os Gestores da UEPB decidiram modernizar o modo de gerir e deram os primeiros passos na implantação do OP na Instituição, na busca de construir uma cooperação entre Administração e Comunidade Acadêmica.

Em meados de abril de 2012, a UEPB iniciou os trabalhos de elaboração da proposta metodológica do OP para o exercício financeiro de 2013. Após reuniões internas, a equipe da Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento – PROPLAN chegou a uma minuta que foi inicialmente apresentada aos Diretores de Centro e Presidentes de Entidades Representativas (Associação dos Docentes da UEPB-ADUEPB, Diretório Central dos Estudantes DCE-UEPB e Sindicato dos Trabalhadores de Ensino Superior da Paraíba-SINTESPB-UEPB), no dia 14 de junho daquele ano.

A proposta consistia num mecanismo através do qual a comunidade universitária participaria diretamente sobre a aplicação de recursos em **investimento e custeio** [grifo nosso] a serem executados pela Administração Superior e contaria, na elaboração do OP 2013, com representantes dos Centros de Ensino, da Administração Superior e das entidades representativas citadas linhas atrás (PROPLAN, 2012).

Ressalta-se que nessa proposta inicial não foi criada uma matriz de distribuição que determinasse o volume de recursos que estaria à disposição de cada unidade da Instituição.

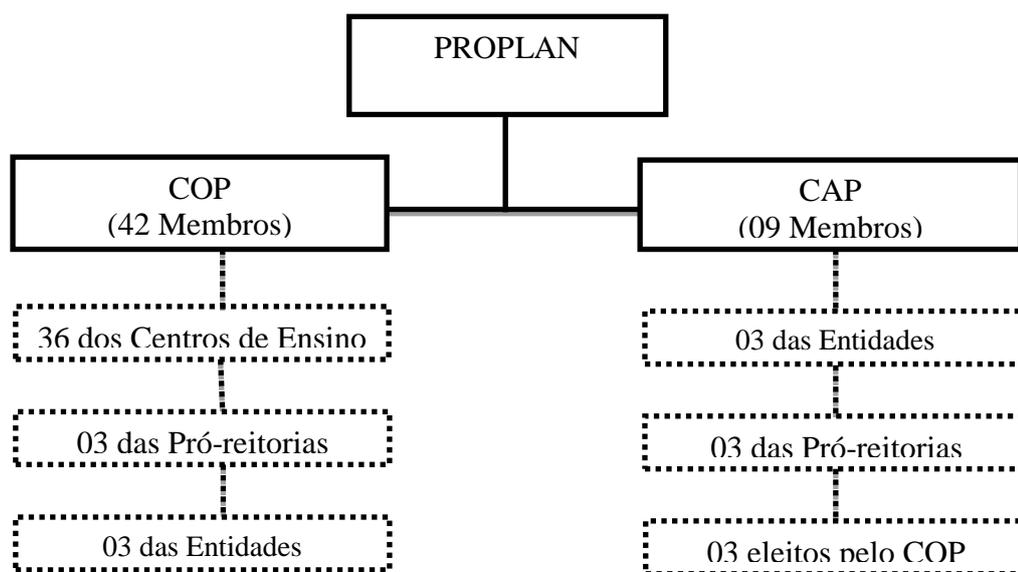
De acordo com a proposta, criou-se o Conselho de OP-COP, com representantes dos três segmentos da Universidade e o Comitê de Acompanhamento Permanente-CAP.

O COP foi composto por 42 conselheiros com mandato de um ano, assumindo a composição da seguinte maneira: 36 dos 12 Centros de Ensino da UEPB, divididos igualmente em 3 membros titulares e 3 suplentes por Centro e escolhidos pela comunidade acadêmica do próprio Centro de Ensino numa plenária

preliminar convocada pelo diretor de Centro, sendo a formação dessa representação composta por um Discente, um Docente e um Técnico Administrativo; 3 das Entidades Representativas (1 membro titular e 1 suplente), com o modo de escolha definido pelas próprias entidades; e 1 membro titular e 1 suplente das Pró-reitorias de Planejamento e Orçamento, Gestão Administrativa e Gestão Financeira - por indicação do(a) Pró-reitor(a).

O CAP seria formado por 09 membros: 03 das Entidades Representativas, 03 das Pró-reitorias e 03 da Comunidade Universitária, eleitos pelo COP. Destarte, a estrutura ficou da seguinte forma:

Organograma 1. Disposição do Orçamento Participativo da UEPB



Fonte: PROPLAN, 2013.

Na proposta, observa-se a previsão de um regimento interno para o COP que, dentre outras, elenca as seguintes atribuições para o Conselho: deliberar a cerca da matriz de proposta de orçamento elaborada pela PROPLAN, alocação de recursos financeiros, acompanhar a execução orçamentária.

Em linhas gerais, o CAP contribui de forma a supervisionar todas as fases de discussão sobre o orçamento, além de assessorar o COP, fornecendo-lhe informações, socializar o tema e orientar a comunidade acadêmica sobre agenda de eventos e procedimentos. É importante salientar que o CAP não foi implantado durante o ano de 2013 ou mesmo nas discussões ocorridas em 2012.

Após a apresentação da proposta, criou-se uma agenda de visita da equipe da PROPLAN a todos os Campi da UEPB, na qual o Diretor de cada Centro de

Ensino convocou a comunidade acadêmica para assistir uma explanação sobre o OP na Instituição e eleger seus representantes que integrariam o COP.

No próximo passo, os Centros, individualmente, definiram suas necessidades e prioridades que foram apresentadas e deliberadas em plenárias do COP realizadas no Campus I, pelos delegados, ou representantes, de cada centro. Dessas plenárias, resultou a proposta orçamentária da UEPB que foi apresentada e referendada pelo Conselho Universitário-CONSUNI que a encaminhou para o Governo do Estado da Paraíba.

É mister informar que essa peça orçamentária aprovada pela comunidade acadêmica da UEPB foi reduzida em aproximadamente R\$ 78.000.000,00 (setenta e oito milhões de reais) pelo governo do Estado da Paraíba, comprometendo desta forma o atendimento a contento das demandas elencadas pelos que fazem a Universidade.

3 Lei de Autonomia Financeira da UEPB

Em 1966, através de Lei Municipal, foi criada a Universidade Regional do Nordeste – URNe na cidade de Campina Grande, no Agreste Paraibano. Vinte e um anos mais tarde viria a se tornar uma Autarquia Estadual, vinculada à Secretária de Educação e Cultura do Estado da Paraíba, sob o nome de Universidade Estadual da Paraíba. “Nesse mesmo ano, passam a integrar a estrutura da UEPB o Colégio Agrícola Assis Chateaubriand e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras nas cidades de Lagoa Seca e Guarabira, assim, a UEPB passa a funcionar efetivamente como Instituição de Ensino Superior, com caráter multicampi” (RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA UEPB, 2007). O reconhecimento como Universidade e o credenciamento no Ministério da Educação – MEC foi referendado em 1996 com o Decreto de 06 de novembro, nas seguintes palavras:

Fica credenciada a Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, com sede na cidade de Campina Grande, Estado da Paraíba, mantida pelo governo do Estado da Paraíba, na modalidade multicampi, instalados nas cidades de Campina Grande, Lagoa Seca, Guarabira, Catolé do Rocha, João Pessoa e Monteiro, todas no Estado da Paraíba (Art. 1º).

Uma grande mobilização da comunidade acadêmica da UEPB realizada em 2001 colheu seus frutos três anos depois, quando foi sancionada a Lei Estadual nº 7.643, de 06 de agosto de 2004, que lhe conferiu a Autonomia Financeira.

A partir disto, a UEPB teve uma evolução significativa no volume de recursos repassados pelo Governo do Estado, visto que este dispositivo legal garantia um percentual mínimo de 3% da receita ordinária arrecadada pelo Estado e proibia a diminuição desse percentual de um exercício financeiro para outro, assim como do valor absoluto do repasse. Sobre receita ordinária a Lei Estadual nº 7.643/2004 dispõe em seu Art. 6º:

Compreende-se por receita ordinária, para os fins desta Lei, a receita dos impostos, taxas e contribuições arrecadados diretamente pelo Estado somada ao valor das transferências da UNIÃO para o ESTADO definidas no artigo 157 e 159 da Constituição Federal, subtraídos os valores devidos aos Municípios – 25% do ICMS e quota do IPI, 50% do IPVA – e ao fundo instituído pela Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, FUNDEF, 15% da cota estadual do ICMS, IPI, FPE e recursos recorrentes da Lei Complementar Nacional nº 87, de 13 de setembro de 1996, e suas alterações posteriores.

Com o reajuste do percentual também garantido em Lei, atingiu-se em 2012 o valor de 4,47 % da receita ordinária arrecadada pelo Estado da Paraíba, totalizando R\$ 241.664.247,00 (duzentos e quarenta e um milhões, seiscentos e sessenta e quatro mil, duzentos e quarenta e sete reais) transferidos à UEPB.

Com o advento desta norma legal, a UEPB, que se encontrava num estado de precariedade, sentiu-se apta a realizar investimentos significativos em diversas áreas como encargos com pessoal, construção, ampliação, recuperação e conservação dos Campi, concessão de bolsas, modernização e desenvolvimento tecnológico, otimização das bibliotecas, gráfica e editora universitária, etc., iniciando um período de crescimento e expansão que durou alguns anos.

Apesar dos benefícios concedidos pela Lei de Autonomia, a UEPB vem passando desde 2011 por um contingenciamento de receita, imposto pelo Governo do Estado. Desde então, a administração da Universidade, ao lado de alunos e servidores, tem travado debates no seio político da Paraíba alegando descumprimento da Lei.

Por outro lado, a Administração Estadual alegou insuficiência de recursos nos cofres estaduais para justificar a redução do volume de recursos transferidos no

ano de 2011 e para os anos de 2012 e 2013 informou que existe apenas divergência na interpretação da Lei, e que está obedecendo à citada norma legal.

Porém, o Governo da Paraíba adotou a prática de, após aprovação da Lei Orçamentária Anual – LOA, dividir o montante de recursos destinados à UEPB em duodécimos pré-fixados, caracterizando flagrante descumprimento do Art. 4º, Inciso I da Lei Estadual nº 7.643/2004, que diz:

Art. 4º - Os recursos previstos nesta Lei serão repassados em duodécimos, até o último dia útil de cada um dos meses, observando-se, sempre:

I – no mínimo, o valor resultante da aplicação do valor percentual orçamentário assegurado sobre o montante da receita ordinária diretamente arrecadada no mês anterior, deduzidas as transferências constitucionais e legais incidentes sobre elas;

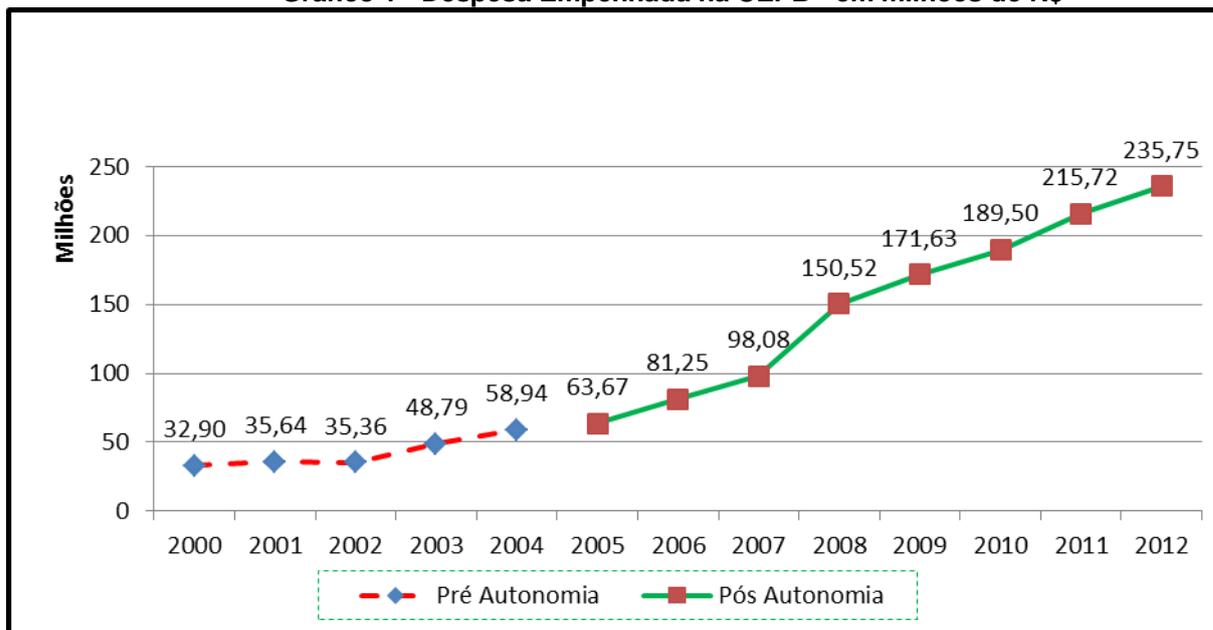
Ficando claro que o cálculo do duodécimo deve ser feito mensalmente e não de maneira que o torne pré-fixado.

O fato é que em virtude desse contingenciamento e da divergência de interpretação da lei de autonomia, os servidores da instituição deliberaram por greve nos anos de 2011, 2012 e 2013, resultando em mais de 160 dias de paralização das atividades acadêmicas e acarretando prejuízos a mais de 20.000 (vinte mil) alunos, aproximadamente 2.000 (dois mil) servidores e sociedade em geral que utiliza os serviços fornecidos pela UEPB.

4 Análise das despesas empenhadas na UEPB após a implantação da autonomia financeira.

Com os recursos garantidos por Lei, houve um investimento maciço em todos os segmentos da Universidade, possibilitando uma nova realidade para sua comunidade acadêmica e sociedade em geral que se beneficia das suas atividades, tendo em vista que a UEPB operava em condições críticas. A seguir, é apresentada a evolução financeira da despesa executada com recursos do tesouro estadual:

Gráfico 1 - Despesa Empenhada na UEPB - em milhões de R\$



Fonte: SIAF PB 2013 (Elaborado pelo autor)

Constata-se um aumento de 167,02% na despesa executada com os recursos do tesouro estadual nos cinco anos seguintes à lei de autonomia em relação ao quinquênio anterior. No comparativo com o exercício de 2012, a soma da despesa executada nos cinco anos anteriores à promulgação da Lei de Autonomia corresponde a 89,77% daquele ano.

No interstício de oito anos de autonomia financeira, a mudança na estrutura universitária foi radical, embora ainda haja muitas demandas, a UEPB chegou ao número de oito campi distribuídos nas cidades de Campina Grande, Lagoa Seca, Guarabira, Catolé do Rocha, João Pessoa, Monteiro, Patos e Araruna, todas em território Paraibano, 50 cursos de graduação, 5.016 vagas ofertadas para o vestibular 2012, alcançando um total de 20.229 alunos matriculados no final de 2012 (PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO, 2012).

No interstício de oito anos, entre 2005 e 2012, a receita total da UEPB atingiu o montante de R\$ 1.251.804.982,78 (um bilhão, duzentos e cinquenta e um milhões, oitocentos e quatro mil, novecentos e oitenta e dois reais e setenta e oito centavos), com destaque para a ação de **Encargos com Pessoal Ativo** que demandou uma participação de 76,68% deste total, que corresponde a R\$ 959.877.918,77 (novecentos e cinquenta e nove milhões, oitocentos e setenta e sete mil, novecentos e dezoito reais e setenta e sete centavos). Pode-se concluir ainda

sobre essa ação que nesse mesmo período ela apresentou um percentual de crescimento de 307,59 %, saindo de um gasto total em 2005 de R\$ 46.487.727,92 (quarenta e seis milhões, quatrocentos e oitenta e sete mil, setecentos e vinte e sete reais e noventa e dois centavos) para R\$ 189.478.906,45 (cento e oitenta e nove milhões, quatrocentos e setenta e oito mil, novecentos e seis reais e quarenta e cinco centavos) em 2012, atingindo 76,13 % de toda despesa realizada neste ano, sua evolução foi bastante contundente, conforme podemos observar no gráfico abaixo:



Fonte: SIAF PB 2013 (Elaborado pelo autor).

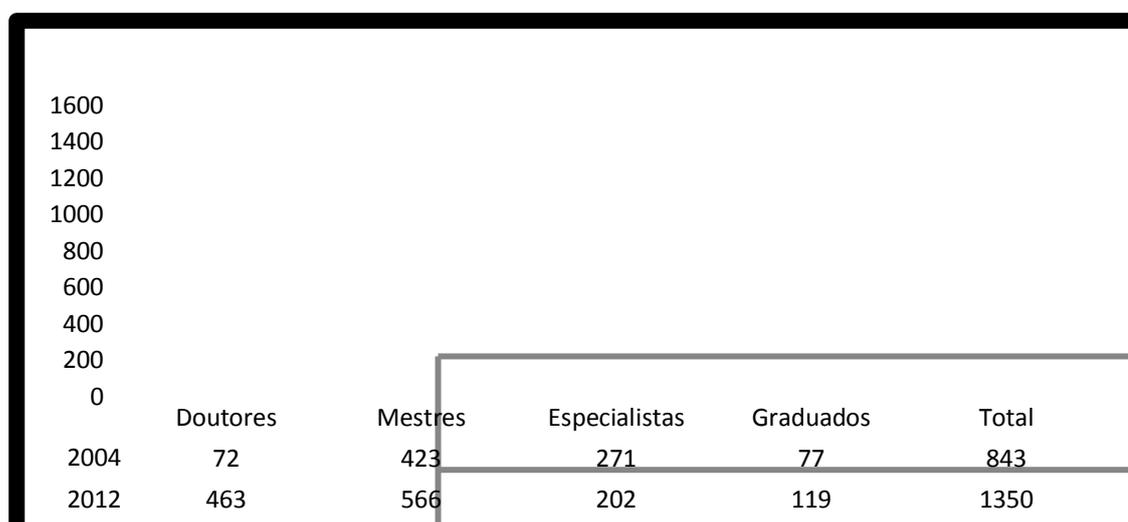
Todo esse investimento em pessoal foi consolidado com a implantação do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração – PCCR (criado através das Leis nº 8.441 e 8.442, de 28 de dezembro de 2007, onde a primeira trata de matéria do pessoal docente e a segunda dos servidores técnicos administrativos) em 2008, que gerou um gasto 53,29% maior do que o ano de 2007 e permitiu a captação de profissionais altamente capacitados. A remuneração percebida pelos servidores Docentes da UEPB se equiparou as das maiores Universidades Brasileiras, durante alguns anos.

No entanto, nos anos de 2011, 2012 e 2013 os servidores da UEPB realizaram movimento grevista, reivindicando da Administração da Universidade reajustes salariais e melhores condições de trabalho e do Governo do Estado o repasse do duodécimo da Instituição nos termos da Lei de Autonomia Financeira.

Em decorrência da implantação dos PCCR's, nota-se um significativo avanço de qualificação no quadro-de-pessoal.

O gráfico abaixo mostra que no período de 2004 a 2012 a UEPB teve um aumento de grande impacto no número de Professores Doutores, representando um crescimento de 643,06%. Considerando a remuneração ofertada como uma dos fatores determinantes para possibilitar a captação de profissionais bem qualificados, e como os gastos com a ação de encargos com pessoal ativo apresentou crescimento ano após ano, com um percentual de crescimento de 307,59%, no período adotado neste estudo, é possível falar em tendência para os próximos anos de aumento, também, no número de Doutores na Universidade. O reflexo deste incremento de profissionais qualificados se dá nas três dimensões que formam o objeto de qualquer Universidade, que são o Ensino, a Pesquisa e a Extensão, bem como habilita a Universidade a se tornar um agente de transformação da sociedade.

Gráfico 3 - Evolução do Quadro de Professores



Fonte: Pró-reitoria de Gestão de Pessoas 2013 (Elaborado pelo autor).

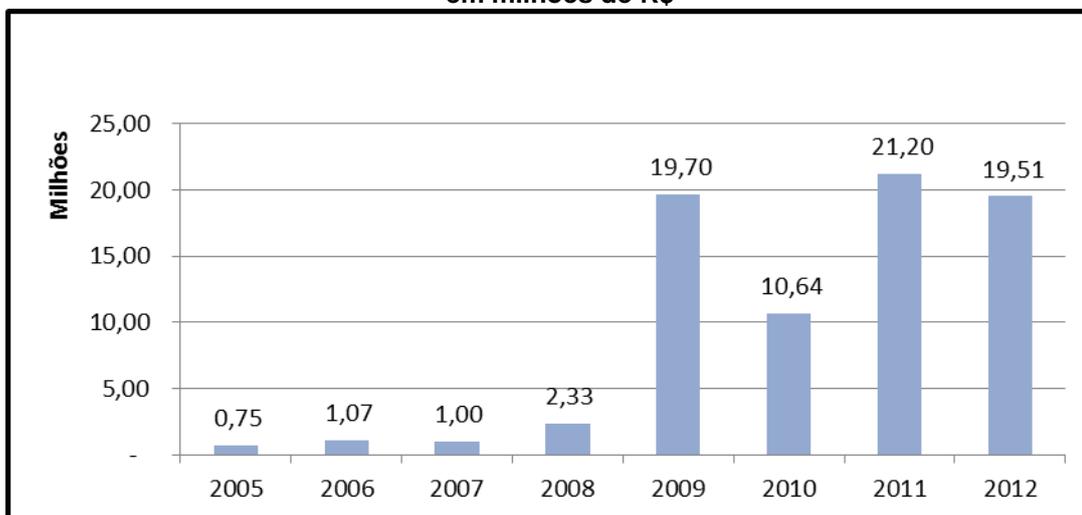
Ainda sobre o gráfico 3, conclui-se que de um universo de 1.350 Docentes, 1.029 possuem titulação de Mestre ou Doutor, ou seja, 76% dos Professores são detentores de título de Mestre ou Doutor.

Outra ação que merece ser ressaltada neste estudo diz respeito à **Construção, ampliação, recuperação e conservação dos Campi da UEPB**. Em termos práticos, essa rubrica significa melhoria das instalações prediais, através de

recuperação ou construção, que são necessárias à consolidação e desenvolvimento do ensino.

Durante o período de oito anos, observa-se uma evolução da participação percentual nas despesas totais de 1,15% para 7,84%, sendo que nos anos de 2009 e 2011 esse percentual atingiu os valores de 11,31% e 9,27%, respectivamente. Em termos financeiros, isso significa que enquanto em 2005 se investiu R\$ 747.253,72 (setecentos e quarenta e sete mil, duzentos e cinquenta e três reais e setenta e dois centavos), no ano de 2012 foram destinados R\$ 19.513.481,36 (dezenove milhões, quinhentos e treze mil, quatrocentos e oitenta e um reais e trinta e seis centavos) a essa ação. Assim, constata-se um percentual de crescimento de 2.511,36% entre 2005 e 2012, de acordo com o gráfico 4.

**Gráfico 4 - Construção, Ampliação, Recuperação e Conservação dos Campi da UEPB
- em milhões de R\$**



Fonte: SIAF PB 2013(Elaborado pelo autor).

A importância do crescimento dessa rubrica pode ser observada na construção da Central Integrada de Aulas - CIA no Câmpus I, a qual possibilitou a união, em um prédio, dos Centros de Ensino de Educação - CEDUC e Ciências Sociais Aplicadas - CCSA, totalizando nove cursos de graduação, antes dispersos na cidade de Campina Grande, aproximando alunos e servidores dos Centros de Ciência e Tecnologia - CCT e de Ciências Biológicas e da Saúde – CCBS e da

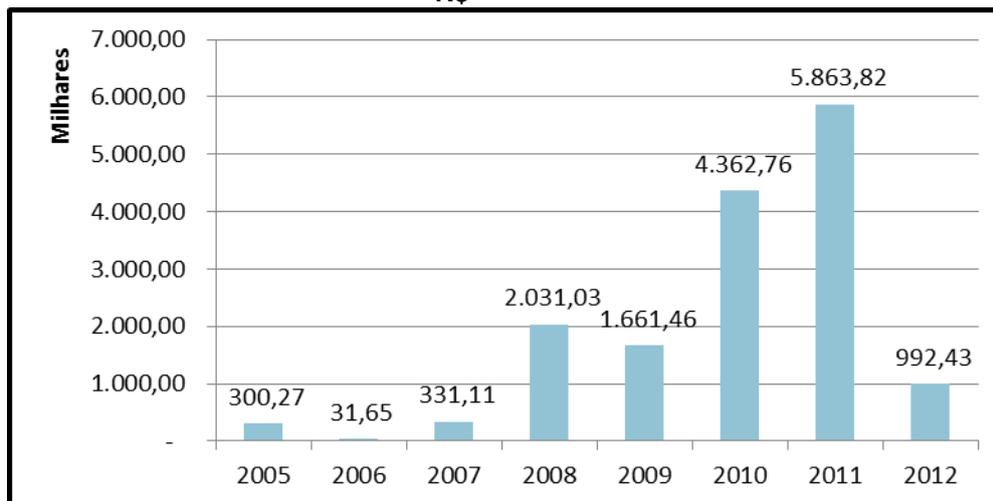
Administração Central da Instituição, promovendo a integração e o pluralismo comum à Universidade.

Cita-se ainda a construção da Agroindústria do Câmpus II, bem como melhorias estruturais no Câmpus III, ampliação das estruturas físicas do CCBS e do CCT e instalação de equipamentos de refrigeração em todas as salas de aulas do Câmpus VII.

Contudo, a comunidade acadêmica ainda anseia pelo atendimento de demandas específicas dessa ação. Todo esse volume de recursos ainda não foi suficiente para atender demandas primordiais como a construção de prédios próprios, dedicados à prática do ensino nos Câmpus V, VI e VII (nas cidades de João Pessoa, Monteiro e Patos) ou mesmo a construção de laboratórios nos quais alunos e professores poderiam desenvolver atividades práticas do cotidiano do profissional que a Universidade forma, pondo à prova a teoria vista em sala de aula, é a reivindicação da comunidade do curso de Odontologia do Câmpus VIII – Araruna. Entra-se também na pauta de reivindicações a construção de Restaurantes Universitários nos Campi, visto que apenas o Câmpus I é contemplado com esse equipamento, que viria a beneficiar alunos e servidores.

Investiu-se ainda, de forma mais acentuada entre 2008 e 2011, na **Otimização da Biblioteca, Gráfica e Editora Universitária**. No ano de 2011, foram destinados a essa ação R\$ 5.863,82 (cinco milhões, oitocentos e sessenta e três mil e oitenta e dois centavos) o que correspondeu a 2,56% do total das despesas da UEPB. Isso representa um incremento no acervo bibliográfico da Instituição, bem como aquisição de maquinário para o melhoramento e a ampliação dos serviços gráficos disponibilizados a comunidade acadêmica. Registra-se um fato negativo no ano de 2012, onde ocorreu um decréscimo de 83,08% em relação a 2011. O crescimento nos oito anos foi de 230,51%. No gráfico da despesa empenhada abaixo, podemos visualizar os dados citados.

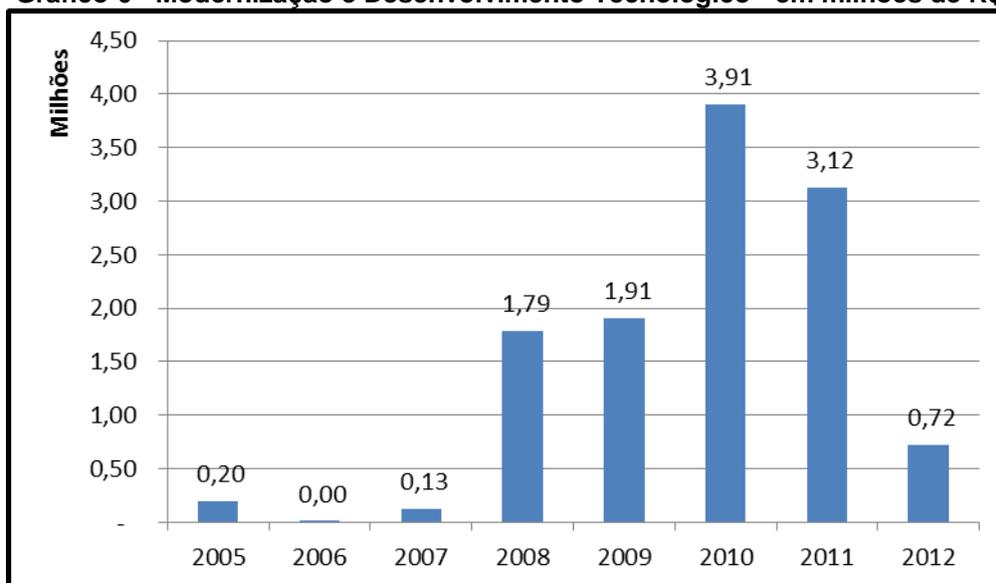
Gráfico 5 - Otimização da Biblioteca, Gráfica e Editora Universitária - em milhares de R\$



Fonte: SIAF PB 2013(Elaborado pelo autor).

A área de tecnologia da informação teve seus recursos acrescidos em 259,41% em oito anos. Desta forma, possibilitou-se a “Implantação da rede corporativa de computadores da UEPB, unindo todos os setores da instituição, em uma rede privada de comunicação de dados conectados a internet e implantar, equipar e modernizar laboratórios” (RELATÓRIO DO PPA 2008-2011 UEPB, 2008, p. 3). Em 2005, foram alocados R\$ 201.028,54 (duzentos e um mil, vinte e oito reais e cinquenta e quatro centavos) para **Modernização e Desenvolvimento Tecnológico**; em 2010, esse número foi aproximadamente 19,4 vezes maior subindo para R\$ 3.908.264,67 (três milhões, novecentos e oito mil, duzentos e sessenta e quatro reais e sessenta e sete centavos); porém em 2012, o volume de recursos teve uma redução de 81,51%, ficando em R\$ 722.517,25 (setecentos e vinte e dois mil, quinhentos e dezessete reais e vinte e cinco centavos).

Abaixo, observa-se a evolução da despesa empenhada no período de 2005 a 2012 na ação estudada linhas atrás. O fato de o gráfico mostrar que não houve despesa em 2006, se deve ao baixo valor executado que foi na ordem de R\$ 3.516,17 (três mil, quinhentos e dezesseis reais e dezessete centavos).

Gráfico 6 - Modernização e Desenvolvimento Tecnológico - em milhões de R\$

Fonte: SIAF PB 2013(Elaborado pelo autor).

A ação **Concessão de Bolsas** apresenta números que se destacam positivamente, promovendo apoio para os dois segmentos da comunidade acadêmica da Universidade, a saber:

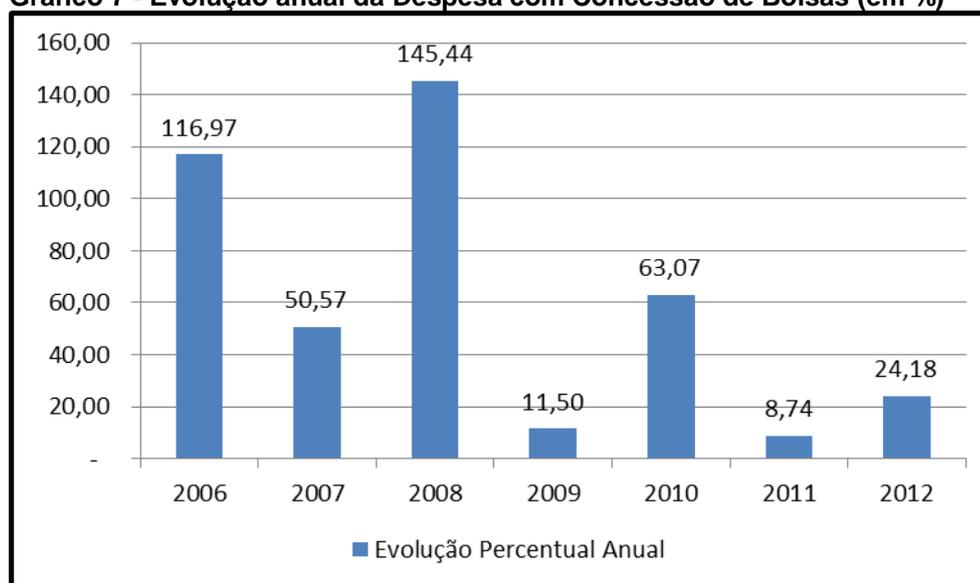
No tocante a alunos, busca-se incentiva-los em atividades de extensão e pesquisa, monitoria e estágios, dar apoio à participação em eventos científicos e acadêmicos no país e no exterior, visando promover o aperfeiçoamento teórico-prático para o exercício profissional; Estimular o intercâmbio com instituições de ensino e pesquisa;

Aos servidores da Instituição: oferecer condições para a realização de cursos de pós-graduação, aperfeiçoamento e participação em eventos científicos no âmbito nacional e internacional.

O percentual de crescimento no período 2005/2012 é de 1.868,69%. Em 2005 investiu-se R\$ 271.857,15 (duzentos e setenta e um mil, oitocentos e cinquenta e sete reais e quinze centavos), contra R\$ 5.352.031,27 (cinco milhões, trezentos e cinquenta e dois mil, trinta e um reais e vinte e sete centavos) de 2012. Pode-se dizer de outra forma que em 2005 a participação desta ação nas despesas totais da UEPB correspondeu a 0,42% de um total de R\$ 65.104.561,20 (sessenta e cinco milhões, cento e quatro mil, quinhentos e sessenta e um reais e 20 centavos) e em 2012 2,15% de 248.901.164,68 (duzentos e quarenta e oito milhões, novecentos e um mil, cento e sessenta e quatro reais e sessenta e oito centavos).

No gráfico abaixo, observa-se crescimento ano após ano, embora descompassado, no volume de recursos empregados. Sendo que o menor índice de crescimento relativo corresponde a 8,74% em 2011/2010, devendo-se atentar para o fato de que o montante de recursos de 2010 foi 63,07% maior que o de 2009, ou seja, uma diferença de R\$ 1.532.787,49 (um milhão, quinhentos e trinta e dois mil, setecentos e oitenta e sete reais e quarenta e nove centavos).

Gráfico 7 - Evolução anual da Despesa com Concessão de Bolsas (em %)



Fonte: SIAF PB 2013 (Elaborado pelo autor).

O maior registro percentual foi observado no ano de 2008 com um índice 145,44% superior a 2007. Em termos monetários representa uma diferença de R\$ 1.291.659,27 (um milhão, duzentos e noventa e um mil, seiscentos e cinquenta e nove reais e vinte sete centavos). No entanto, a maior diferença financeira ocorreu no ano de 2010 em comparação ao ano de 2009, R\$ 1.532.787,49 (um milhão, quinhentos e trinta e dois mil, setecentos e oitenta e sete reais e quarenta e nove centavos.)

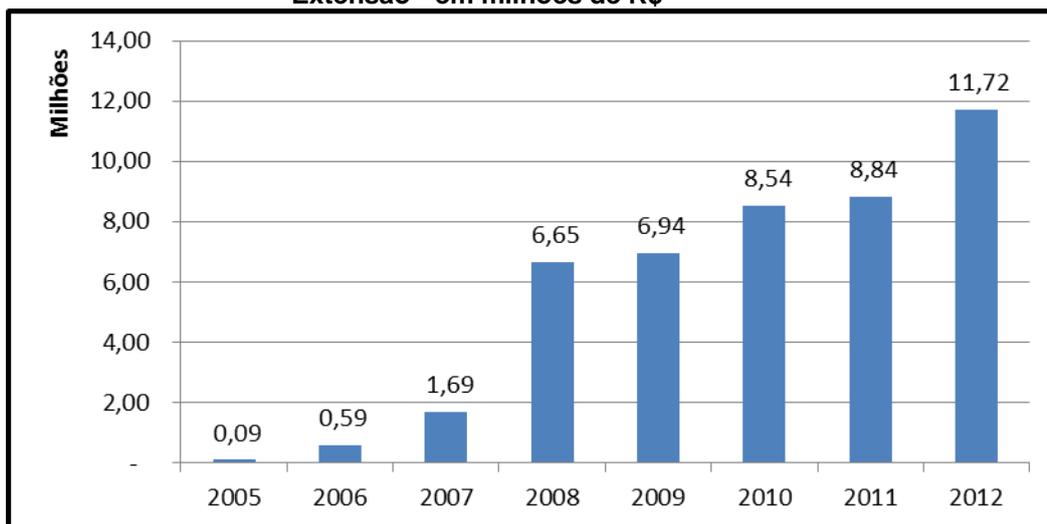
Na **Consolidação e Desenvolvimento de Ensino, Pesquisa e Extensão** encontra-se a maior disparidade de números. Essa ação tem como finalidade o desenvolvimento e aperfeiçoamento do ensino, avanço da pesquisa e dos programas de extensão. Para tanto, fornece suporte através de equipamentos e instalações, insumos e pagamentos de serviços, promove cursos de capacitação para alunos e professores da UEPB e da rede estadual e municipal de ensino.

A participação percentual no orçamento de 2012 desta ação atingiu 4,71%, 33,6 vezes maior que os 0,14% de 2005. Esses números representam em moeda R\$ 11.716.486,37 (onze milhões, setecentos e dezesseis mil, quatrocentos e oitenta e seis reais e trinta e sete centavos) de 2012, e, R\$ 89.578,24 (oitenta e nove mil, quinhentos e setenta e oito reais e vinte e quatro centavos) em 2005, ou seja, uma diferença percentual de 12.979,61%.

O maior crescimento percentual relativo foi registrado em 2006, quando se observa um crescimento de 558,92% no comparativo com o ano anterior. A partir de 2009, os índices de crescimento se “estabilizam num valor baixo”, média de 15,85%, se comparados aos do triênio 2006, 2007 e 2008, média de 346,24%; e o menor crescimento foi em 2011 que apresentou 3,52% em relação a 2010.

A maior diferença financeira foi de R\$ 4.960.386,49 (quatro milhões, novecentos e sessenta mil, trezentos e oitenta e seis reais e quarenta e nove centavos) ocorrida entre os anos de 2008 e 2007.

Gráfico 8 - Despesa com Consolidação e Desenvolvimento do Ensino, Pesquisa e Extensão - em milhões de R\$



Fonte: SIAF PB 2013 (Elaborado pelo autor).

No gráfico 8, pode-se observar de forma clara e objetiva o aumento do volume de recursos empregados nesta rubrica.

Pode-se avaliar também o crescimento da UEPB no período pós-Lei de Autonomia pela dimensão dos custos para “manutenção da máquina”. Na ação **Manutenção de Serviços Administrativos**, que, segundo relatório do Plano Plurianual 2008-2011 da UEPB, tem como finalidade manter os serviços

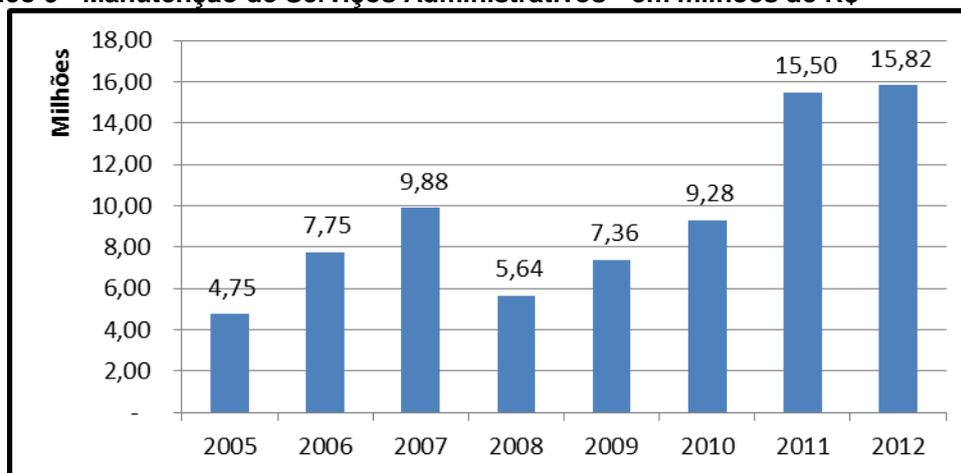
administrativos de modo a dar suporte para o desempenho das atividades meios e fins da Instituição, observa-se um crescimento de 233,09% no período estudado, com aumentos sequenciais, exceto pelo exercício de 2008 que apresentou queda de 42,87% em relação ao ano de 2007.

O maior crescimento percentual relativo foi em 2011, 67,08% maior que 2010, e o menor ocorreu em 2012, 2,07% superior a 2011.

No comparativo com o orçamento total, a maior participação foi em 2007 com 9,75%, que representa R\$ 9.878.435,46 (nove milhões, oitocentos e setenta e oito mil, quatrocentos e trinta e cinco reais e 46 centavos) em R\$ 101.315.537,23 (cento e um milhões, trezentos e quinze mil, quinhentos e trinta e sete reais e vinte e três centavos); e a menor em 2008 com 3,67%, significando R\$ 5.643.926,03 (cinco milhões, seiscentos e quarenta e três mil, novecentos e vinte e seis reais e três centavos) num total de R\$ 153.591.179,22 (cento e cinquenta e três milhões, quinhentos e noventa e um mil, cento e setenta e nove reais e vinte e dois centavos).

No gráfico a seguir, visualiza-se a evolução do montante de recursos alocados para a Manutenção de Serviços Administrativos:

Gráfico 9 - Manutenção de Serviços Administrativos - em milhões de R\$



Fonte SIAF PB 2013 (Elaborado pelo autor).

5 Considerações Finais

Na conclusão deste artigo, a pesquisa evidenciou que o investimento prioritário na UEPB no interstício de 2005 a 2012 foi com o capital humano, que deteve em média 77,02% de todo o volume de recursos destinados a Universidade. Essa política prioritária com a ação de Encargos com Pessoal Ativo possibilitou uma

mudança radical na qualificação do quadro de pessoal docente. O Número de Doutores na Instituição atingiu patamares altos e, segundo os dados, pode-se falar em tendência de crescimento para os próximos anos.

Por outro lado, restam aproximadamente 23% dos recursos financeiros para serem alocados em investimento e custeio, e, faz-se necessário informar que:

Apesar de todo avanço possibilitado pela Autonomia Financeira e relatado ao longo deste estudo, dada a situação de calamidade à qual vivia anos antes da implantação da Lei de Autonomia, a UEPB ainda carece de muitas melhorias para figurar como uma Universidade de Excelência no cenário nacional e continuar seu crescimento evidenciado durante alguns anos;

A UEPB está localizada em um Estado “pobre”, que possui recursos escassos, de uma Nação subdesenvolvida, na qual a educação desponta como um caminho alvissareiro para promover dignidade aos cidadãos e transformar suas vidas (a Paraíba apresenta o 5º pior Índice de Desenvolvimento Humano do Brasil, que se encontra na 85ª posição no ranking mundial, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, 2013);

A UEPB não dispõe de instalações próprias nos Câmpus localizados nas cidades de João Pessoa, Monteiro e Patos e ainda existem outras demandas, pelas quais anseiam a comunidade acadêmica como laboratórios, bibliotecas, restaurantes universitários, creches, desenvolvimento de cursos de Pós-Graduação, etc., e a sociedade Paraibana em geral, podendo ser citada a criação de novos Câmpus e a implantação de cursos de graduação que levassem perspectivas de desenvolvimento para as regiões contempladas.

Dito isto e em face do contingenciamento de despesas executado pelo Governo do Estado da Paraíba, que se iniciou no ano de 2011 e continua até o presente momento, conclui-se que a Universidade, para atender as demandas a contento da comunidade acadêmica e se tornar uma agente de transformação da sociedade Paraibana, terá de buscar recursos em outras fontes para incrementar seu orçamento ou poderá entrar num estado de estagnação, ou mesmo de retração.

Conclui-se ainda que devido à possibilidade de interpretação dúbia da Lei de Autonomia Financeira no seu texto atual, a UEPB deve urgentemente conclamar a classe política da Paraíba para revisar esta norma, eliminando toda e qualquer ambiguidade existente.

Em relação ao OP implantado no ano de 2012 na UEPB, conclui-se que a proposta foi muito bem trabalhada pela Pró-reitoria de Planejamento e Orçamento até o momento final de elaboração e aprovação da peça orçamentária na Universidade. No entanto, apesar de ainda restarem quatro meses para o fim do exercício fiscal de 2013, pode-se afirmar que a execução está sendo demasiadamente prejudicada em vista ao fato de todos os estudos e deliberações com a comunidade acadêmica, acerca da receita oriunda do tesouro estadual a ser transferida para UEPB, terem sido feitos com a previsão orçamentária de aproximadamente R\$ 309 milhões para o ano de 2013, de acordo com a informação preliminar disponibilizada pelo Governo do Estado da Paraíba, no entanto, houve uma redução abrupta, e sem maiores esclarecimentos, de R\$ 78 milhões, restando desta forma à UEPB recursos na ordem de R\$ 231 milhões, que se mostram insuficientes para o funcionamento adequado da Instituição no exercício fiscal de 2013.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ANDRADE, Nilton de Aquino (organizador) [et al.]. **Planejamento Governamental para Municípios**: plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias e lei orçamentária anual. 2ª Edição. São Paulo: Atlas 2008.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Organização de Alexandre de Moraes. 35ª Edição. São Paulo: Atlas, 2012.

CARLOS, E. **Participação e Cultura Política no Orçamento Participativo**. *Civitas*, Porto Alegre, v. 6, nº 1 jan.-jun. 2006, p. 131-154. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/viewFile/26/1589>>. Acesso em: 29 de maio de 2013.

COSTA, D. M. C. **Vinte Anos de Orçamento Participativo**: Análise das Experiências em Municípios Brasileiros. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, v. 15, nº. 56, São Paulo: 2010. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cgpc/article/viewArticle/3190> > Acesso em: 27 de maio de 2013.

GADELHA, A. L. L. **O Orçamento Público Participativo como Instrumento de Efetivação da Cidadania** (Avaliando a Experiência de Fortaleza). 2010. 229 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

GIACOMONI, James. **Orçamento Público**. 14ª Edição. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5ª Edição. São Paulo: Atlas, 2010.

GOULART, J. O. **Orçamento Participativo e Gestão Democrática no Poder Local**. *Lua Nova*, São Paulo, 69: 49-78, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n69/a04n69.pdf>>. Acesso em: 30 de maio de 2013.

JÚNIOR, A. E. D. **O Princípio Constitucional da Participação Cidadã**. 2010. Disponível em: <http://www.uniritter.edu.br/eventos/sepesq/vi_sepesq/arquivosPDF/28048/2549/com_identificacao/Sepesq%20-%20Pesquisa%20-%20Aragon%20Dasso.pdf>. Acesso em: 29 de maio de 2013.

MATIAS-PEREIRA, José. **Finanças Públicas: a política orçamentária no Brasil**. 4ª Edição. São Paulo: Atlas, 2009.

Morais, S.M. de. **A Prática do Orçamento Participativo na Universidade Federal do Rio de Janeiro**: um estudo avaliativo. 17 de dezembro de 2010. 66 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Avaliação) – Programa de Pós-Graduação da Fundação Cesgranrio. Rio de Janeiro, 2010.

NEIVA, V. M. **Características do Orçamento Brasileiro e sua Relação com o Planejamento**: O Caso dos Ministérios da Educação e dos Transportes. 26 de outubro de 2011. 105 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Contabilidade da Universidade de Brasília. Brasília, 2011.

PARAÍBA. **Lei nº 7.643**, de agosto de 2004. Dispõe sobre a autonomia da Universidade Estadual da Paraíba e dá outras providências.

SAMPAIO, A. P. S. **Orçamento Participativo de Vitória, Analisando o formato institucional**. *Civitas*, Porto Alegre vol. 6, nº 1, jan.-jun. 2006 p. 155-180. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/27>>. Acesso em: 28 de maio de 2013.

SAMPAIO, R. S.; LANIADO, R. N. **Uma Experiência de Mudança da Gestão Universitária**: O Percurso Ambivalente entre Proposições e Realizações. *RAP* — Rio de Janeiro 43(1):151-74, jan./fev. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v43n1/a08v43n1.pdf>>. Acesso em 28 de maio de 2013.

SILVA, L. M. de S. **Orçamento Participativo**: Nova Participação da Sociedade na Gestão Pública Municipal. 2004. 66 f. Monografia (especialização em Contabilidade Pública e Auditoria) Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2004.

SINTOMER, Y.; HERSBERG, C.; RÖCKE, A. **Modelos Transnacionais de Participação Cidadã**: o Caso do Orçamento Participativo. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 14, nº 30, mai./ago. 2012, p. 70-116. Disponível em: <http://biblioteca.universia.net/html_bura/ficha/params/title/modelos-transnacionais-participa%C3%A7%C3%A3o-cidad%C3%A3-caso-do-or%C3%A7amento-participativo/id/55534911.html>. Acesso em: 28 de maio de 2013.

SOUZA, C. **Construção e Consolidação de Instituições Democráticas**: Papel do Orçamento Participativo. *São Paulo em Perspectiva*, vol.15 nº.4 São Paulo Oct./Dec. 2001. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392001000400010&script=sci_arttext>. Acesso em: 27 de maio de 2013.

ZAINKO, M. A. S. **Políticas Públicas de Avaliação da Educação Superior**: Conceitos e Desafios. *Jornal de Políticas Educacionais*, nº 4, julho–dezembro de 2008, p. 15–23. Disponível em: < http://www.jpe.ufpr.br/n4_2.pdf >. Acesso em: 30 de maio de 2013.